

A Primeira República e a importância da mobilização política em tempo de guerra

Filipe Ribeiro de Menezes

No conto *A Catástrofe*, Eça de Queirós descreve a entrada de Portugal numa guerra europeia e a falta de entusiasmo pela defesa do País numa Lisboa onde reinavam a apatia e o desinteresse. Quando Portugal entrou na Grande Guerra, em Março de 1916, as cenas em Lisboa e no Porto foram diferentes: as hostes republicanas entusiasmaram-se, houve desfiles e um sem-número de conferências patrióticas onde os membros do Partido Democrático defenderam com eloquência a necessidade da participação activa no conflito em nome da Civilização Latina, da Justiça e dos direitos das pequenas nações, de forma a liquidar de vez a reacção na Europa, como o tinham já feito em Portugal em 1910. No resto do país, porém, tudo foi diferente: o entusiasmo dos seguidores de Afonso Costa não foi contagiante, e a indiferença perante o que se passava em Lisboa depressa se transformou em hostilidade. O objectivo deste artigo é demonstrar que a política intervencionista falhou, porque o fez, e retirar daí algumas conclusões sobre as ligações que existem entre o conceito de cidadania e uma intervenção militar prolongada no estrangeiro. Uma discussão desta natureza parece ser cada vez mais necessária tendo em conta a crescente disponibilidade portuguesa para participar em operações de manutenção da paz sob a égide das Nações Unidas e da NATO e a também crescente necessidade de construir uma política de defesa comum capaz de dar uma maior credibilidade às iniciativas diplomáticas da União Europeia.

Demonstrar que a política intervencionista falhou é a parte mais fácil. Em Dezembro de 1917, Sidónio Pais derrubou o Governo da República, tendo-se lançado ao ataque, segundo alguns, com apenas 250 soldados. Teófilo Duarte escreveria mais tarde que a revolução sidonista tinha sido a revolução dos alferes, tendo sido ele o único tenente presente na Rotunda. A força liderada por Sidónio, inicialmente irrisória, foi suficiente para derrubar o Governo de um país em guerra há mais de 20 meses e cujo chefe, Afonso Costa, não estava na capital: a ideia de que a resistência a Sidónio Pais poderia ter sido organizada e comandada de fora de Lisboa nem sequer foi discutida na altura. Lisboa virou costas, em Dezembro de 1917, a um Governo que considerava responsável por uma crise económica aguda e por actos de violência contra a população da cidade e até contra militantes republicanos, os homens que tinham combatido no 5 de Outubro e no 14 de Maio.

No resto do país o desprezo pelo Executivo derrotado era ainda maior. Sidónio Pais, apesar da devida deferência para com os Aliados, e de uma retórica de apoio aos soldados do Corpo Expedicionário Português, que, nas suas palavras, defendiam com o seu sangue a honra de Portugal, abandonou o CEP: travou o envio de reforços; fechou os olhos aos oficiais que, de licença em Portugal, decidiam não voltar a França; reduziu, por iniciativa britânica, a frente portuguesa, que passou a ser assegurada por uma só divisão; e, quando o CEP foi pulverizado pelo Exército alemão a 9 de Abril, nada fez para o reconstituir. A participação portuguesa na guerra europeia, em vez de constituir um acontecimento que marcaria para sempre a impressão que o resto da Europa faria de Portugal – como desejavam os intervencionistas – formou assim, no cômputo do conflito, uma mera nota de rodapé.

O outro grande objectivo dos intervencionistas era o reforço do regime republicano em Portugal. O exemplo francês da *levée en masse* parecia iluminar o caminho: em França a República tinha sido salva pelo povo em armas; em Portugal, esperavam os defensores da participação portuguesa no conflito europeu, reproduzir-se-ia o mesmo fenómeno. A guerra permitiria aos republicanos monopolizar o patriotismo, de forma a afastar definitivamente a ameaça monárquica e, ao pôr seis milhões de portugueses a trabalhar para o cumprimento de um só objectivo – a vitória final sobre a Alemanha –, os republicanos reforçariam os laços de união entre todos os portugueses. A guerra serviria desta forma para transformar rapidamente – e talvez violentamente – todos os portugueses em cidadãos republicanos. Em tempo de paz tal tarefa ocuparia várias gerações de líderes republicanos, enquanto se construía uma rede escolar capaz de disseminar o ideário republicano por todo o país: mas através da guerra os próprios homens do 5 de Outubro poderiam vir a liderar um país unido e uma República finalmente estável. Como vimos porém, tais sonhos nunca se concretizaram: o sidonismo foi um golpe do qual a República nunca recuperou, os monárquicos e a Igreja Católica portuguesa saíram do conflito mais fortes do que nele entraram, e uma geração de líderes políticos – incluindo o próprio Afonso Costa – foi definitivamente afastada do Poder. O império intacto mas enfraquecido por uma sucessão de revoltas e pela invasão alemã de Moçambique, o prestígio de Portugal manchado e a República gravemente ferida: tais foram os resultados da política intervencionista.

Temos agora de nos debruçar sobre o porquê de tal fracasso. A primeira razão que nos surge é a hostilidade profunda entre a minoria que se dedicava activamente à política. Monárquicos contra

republicanos, democratas contra evolucionistas e unionistas, Machado dos Santos – o *herói da Rotunda* – contra todos, sindicatos contra Governos . O debate intervencionista – que durou de Agosto de 1914 a Março de 1916 – não se desenrolou à margem destas rivalidades: foi por elas apropriado e transformado, tornando-se apenas mais uma questão usada para tentar derrubar ou apoiar o Governo que estava. Tal facto reflecte-se na atitude do Partido Evolucionista, que iria mais tarde integrar a *União Sagrada*, mas que no entanto não se opôs à ditadura do general Pimenta de Castro, em 1915. Não o fez porque o general propunha organizar eleições que, por não serem controladas por um partido, talvez permitissem finalmente infligir uma derrota aos democráticos.

O facto de o general ser um feroz opositor da participação portuguesa na guerra foi ignorado na ânsia de aumentar a representação parlamentar do Partido Evolucionista. Esta hostilidade reflectiu-se depois em toda a vivência da *União Sagrada*. Cópia imperfeita da experiência francesa do mesmo nome, a *União Sagrada* – supostamente a união de todos os portugueses para fazer face a um inimigo externo – excluiu não só monárquicos, católicos e socialistas, como também várias facções republicanas. O primeiro Governo da *União Sagrada*, liderado por António José de Almeida, era composto por democráticos e evolucionistas; o segundo, constituído em Abril de 1917, era composto apenas por democráticos. Nas eleições parciais, municipais e paroquiais de 1917, evolucionistas e democráticos apresentaram listas conjuntas sob a apelação de *União Sagrada*, demonstrando até que ponto o espírito de facção tinha corrompido a ideia inicial. A composição e o comportamento do Governo de Afonso Costa levou ainda à criação de uma oposição interna no seio do próprio Partido Democrático, oposição essa que estava prestes a atingir o seu auge em Dezembro de 1917, quando os deputados ao serviço do CEP regressaram a Lisboa decididos a usar o prestígio conferido pela sua farda para derrubar o Governo, substituindo-o por uma verdadeira união de todas as forças políticas portuguesas.

Este espírito de facção explica, de certa forma, a oposição cerrada à política intervencionista e, posteriormente, ao envio do CEP para França, que caracterizou certos meios políticos portugueses. Não explica, porém, o desinteresse reinante e a hostilidade aos Governos da *União Sagrada* da esmagadora maioria da população, excluída da vida política, marginalizada pelo seu sexo ou pelo seu analfabetismo (que na altura atingia 70% da população adulta). Esta questão merece uma análise mais cuidada. Para os dirigentes republicanos, o povo português, cujo interesse afirmavam sem cessar representar, era por natureza patriótico e capaz dos maiores sacrifícios pelo seu país . Nas manifestações de apoio aos países aliados que se sucederam em Lisboa e no Porto, os republicanos viam todo um país em marcha, decidido a proteger a nível internacional as conquistas da revolução de 1910. Assim sendo, bastava afirmar que a Pátria estava em perigo para que a mobilização militar se desse sem incidentes: uma vez os homens nas trincheiras, todo o país – excluindo os maus portugueses – copiaria, numa escala reduzida, o sacrifício dos soldados, dando todo o apoio necessário a um Governo nacional que velasse pelos interesses e famílias dos homens na frente de combate. Este patriotismo primário manteria o país unido até ser substituído por um sentimento mais profundo e complexo – o de cidadania, de pertença à República. Esses portugueses, homens e mulheres tidos por necessariamente patriotas, eram os mesmos, porém, a quem os republicanos negavam o voto por considerar que estavam ainda sob a influência nefasta de forças conservadoras, especialmente da Igreja Católica, ou já (embora em menor escala) sob a influência de forças revolucionárias.

Se todos os portugueses votassem, a capacidade do Partido Democrático para se manter no Poder seria seriamente abalada. Esperava-se assim criar um espírito de cidadania sem fazer as concessões práticas que pudessem enfraquecer o domínio republicano e sobretudo democrático. Havia aqui uma contradição que os governos da *União Sagrada* nunca souberam resolver: o alargamento do sufrágio, que era uma das promessas da propaganda republicana anterior a 1910, deveria ter coroado um programa de reformas políticas e sociais destinado a apertar os laços entre a população e a República, por ocasião da participação na guerra. Tais reformas eram absolutamente necessárias para reforçar o novo regime, pois o sacrifício de vidas na frente de combate e as dificuldades económicas enfrentadas pelos civis não poderiam nunca assegurar essa nova ligação entre a nação e o regime. O resultado – demolidor – desta contradição foi uma falta de adequada mobilização política em torno dos ideais da República, que eram aqueles pelos quais Portugal supostamente se batia. Por outras palavras, o porquê da participação portuguesa na guerra nunca foi devidamente explicado à população pelos Governos da *União Sagrada*.

A propaganda de guerra portuguesa – a pouca que houve – foi dirigida aos simpatizantes republicanos. Apelar à defesa da Civilização Latina, da Justiça e dos direitos das pequenas nações implicava uma adesão a estes conceitos, que só os republicanos perfilhavam na altura. Apenas Jaime Cortesão, no Partido Democrático, se deu conta dessa lacuna, e publicou a sua Cartilha do Povo, destinada a explicar os conceitos básicos da propaganda republicana a uma população iletrada. Mas mesmo Cortesão

acreditava no patriotismo primário e instintivo dos Portugueses, vendo no deboche constitucional das últimas décadas da Monarquia a justificação da indiferença generalizada que o cercava. Nem a guerra nem a necessidade de combater na Flandres foram devidamente explicadas à generalidade da população; a linguagem empregada pelo Governo não era compreendida pela maioria dos soldados enviados para França nem pelas suas famílias .

Assim sendo, a possibilidade de pelo menos iniciar o processo de republicanização do País através da participação na guerra ficou irremediavelmente comprometida, e logo nos primeiros meses do conflito. As explicações críveis foram apresentadas exclusivamente pelos inimigos do Governo: a imprensa monárquica e unionista dedicou-se a desmantelar os argumentos do Governo, demonstrando com facilidade a falta de entusiasmo de Londres para aceitar a colaboração militar portuguesa na Europa. De um ponto de vista formal, Portugal estava a combater em nome da aliança luso-britânica, sacrificando-se pela aliada de há séculos: mas se essa aliada não queria aceitar tal sacrifício, este tornava-se absurdo. A falta de vontade do Exército britânico em partilhar parte da sua frente com os Portugueses era notória. Monárquicos e unionistas argumentavam ainda que lutar pelas colónias na Flandres era outro absurdo: Portugal poderia prestar serviços mais úteis e menos custosos aos Aliados defendendo devidamente as suas colónias, especialmente Moçambique. Em França, as tropas portuguesas eram apenas uma gota de água incapaz de decidir a sorte de uma batalha e muito menos da guerra; porém, em Moçambique podiam contribuir decisivamente para a derrota do general alemão Von Lettow. Por último, havia o exemplo da Espanha que, graças à neutralidade, estava a aproveitar a guerra para desenvolver significativamente a sua indústria: uma oportunidade perdida por Portugal, que gastava o que tinha e o que não tinha a preparar um exército para combater na frente ocidental. Ao enviar 50 000 soldados para as trincheiras e milhares de operários para as indústrias de guerra francesa e britânica, prejudicando os interesses económicos imediatos do País, o Governo facilitou a tarefa da Oposição, proporcionando a possibilidade de uma união de interesses momentânea entre certos grupos económicos, subitamente privados de mão-de-obra, e sindicatos de cariz antimilitarista.

Havia outros argumentos, mais simples, para convencer o resto da população de que a *União Sagrada* era uma fraude, arruinando Portugal e sacrificando vidas para o benefício financeiro de uns poucos. Em primeiro lugar, o rumor, nunca dissipado, de que os governantes portugueses estariam a ser pagos por cada soldado enviado para a frente , depois, outros argumentos, assentes sobre o encarecimento da vida e sobre o súbito enriquecimento daqueles a quem as circunstâncias específicas da guerra permitiam enormes lucros; por fim, as alegações feitas no mais famoso panfleto do tempo da guerra – o Rol da Desonra – sobre a vida luxuosa e tranquila dos intervencionistas e seus familiares em França.

É realmente espantoso que a liderança republicana, com os olhos postos em França, não tivesse respondido a tais afirmações com acções decisivas, copiando medidas francesas para distribuir o sacrifício da guerra por toda a população: medidas tais como a garantia de preços baixos, pelo menos para o pão , a introdução de um só tipo de pão, feito à base de todo e qualquer cereal, o racionamento de bens essenciais, de forma a que todos – ricos ou pobres – tivessem a garantia de poder alimentar as suas famílias e, por fim, uma política de colaboração com os sindicatos, agindo o Governo como um elo de ligação entre estes e o patronato. Tais medidas teriam conduzido – ao fim de seis anos – à noção de que a Igualdade era de facto um dos pilares do regime republicano. Ao recusar um tal papel, e ao reprimir as tentativas sindicais de obter melhores salários numa altura de inflação galopante, o Governo permitiu que explicações marxistas da guerra se propagassem .

Por fim, os Governos da *União Sagrada* deixaram deteriorar as relações com a Igreja Católica que, novamente perseguida, não cooperou na tarefa de mobilização política, embora tivesse demonstrado, no início de 1916, vontade de o fazer . A Igreja Católica assumiu o papel de defensora dos interesses e direitos dos soldados católicos, que o Governo parecia querer privar do conforto proveniente da presença de capelães militares nas trincheiras, e passou a descrever a guerra como uma calamidade que se abatia sobre uma Europa atea, dirigindo as preces dos fiéis não para a vitória, mas sobretudo para a paz , o que, claro está, significava uma alteração de valores prejudicial para o Governo. A eficácia desta campanha ficou demonstrada acima de tudo pelos acontecimentos que se desenrolaram em 1917 em Fátima.

De um lado, argumentos incompreensíveis sobre conceitos políticos propagados acima de tudo pela imprensa republicana; de outro, argumentos simples incorporando as crises do dia-a-dia e propagados por pessoas de carne e osso. Um punhado de missionários de uma República imperfeita, membros de ligas de propaganda indistinguíveis do partido Democrático contra a força tripla da Igreja, dos sindicatos, e de monárquicos, civis ou militares: os resultados eram previsíveis . A propaganda cerrada contra a

guerra era feita nos próprios quartéis e em Tancos, onde o Exército treinou antes de partir para França, perante a indiferença de oficiais monárquicos que não concordavam com o envio iminente das tropas para a frente ocidental. A presença em França de grande parte dos oficiais republicanos deixou o Governo sem protecção; uma crise económica prejudicou a maioria da população, levando a greves e actos de violência aos quais o próprio Governo respondia com maior violência. Quando os empregados dos correios e telégrafos (uma corporação republicanizada após o 5 de Outubro) entraram em greve, em Setembro de 1917, pedindo aumentos salariais, o Governo respondeu com a mobilização militar desses mesmos grevistas, que passaram de um dia para o outro a desertores, detidos depois às centenas em prisões flutuantes no Tejo: a partir desse momento Lisboa, outrora o bastião da causa republicana em Portugal, e sujeita já a períodos de caos em Maio (a «revolução da batata») e em Julho (a greve dos operários da construção civil) tornou-se hostil ao Governo de Afonso Costa.

O fim não estava longe, mas ainda Afonso Costa julgava a sua salvação possível, renegociando o uso dos navios alemães apresados em 1916 com a Grã-Bretanha e assegurando uma distribuição regular de cereais a Portugal. Antes de Afonso Costa chegar a Lisboa para anunciar essas conquistas, esperando assim derrotar os deputados democráticos rebeldes com quem se tinha já avistado em França, Sidónio Pais agiu: e com a aceitação da sua acção pela Grã-Bretanha, manifestada enquanto ele ainda estava acampado na Rotunda, e pelo resto do país, demonstrada pelo acolhimento entusiástico que recebeu nas suas muitas viagens por Portugal, os argumentos intervencionistas foram finalmente derrotados.

Podemos agora perguntar se há lições a tirar da experiência portuguesa na Primeira Guerra Mundial. À primeira vista pode parecer que não: o regime republicano em que vivemos hoje é em tudo diferente da Primeira República. A sua legitimidade e a legitimidade dos seus actos eleitorais não são disputadas; é um regime estável, cuja vida política assenta sobre partidos responsáveis, cada um representando um largo leque de interesses e valendo mais pelo conjunto do que os próprios líderes: a distinção entre forças políticas já não é provocada e justificada por ódios e rivalidades pessoais. As relações entre o Estado e as Forças Armadas estão regularizadas; embora haja um debate aberto sobre meios financeiros, material e contingente, as Forças Armadas portuguesas habituaram-se ao papéis de defesa de uma democracia e de intervenção no estrangeiro em missões de manutenção da paz.

Mais importante ainda, na sequência dos argumentos já expostos, é a relação entre a República e os cidadãos que a compõem: o sentimento de cidadania é mais forte do que nunca em Portugal; duas décadas e meia de participação activa na vida política da nação alteraram profundamente a forma como os Portugueses encaram o seu papel de cidadãos, conscientes de deveres e direitos como nunca o foram antes. Talvez haja ainda bastante a fazer neste campo, mas tudo parece indicar que a tarefa será bem sucedida. Uma última razão pela qual a experiência da Primeira Guerra Mundial talvez nos pareça, à primeira vista, incapaz de servir como modelo é a situação internacional de Portugal: estando Portugal integrado na União Europeia, na OTAN e na UEO, e não sendo já uma potência colonial, parece-nos impossível vislumbrar um conflito no qual o País se envolva ao ponto de ter de enviar uma força equivalente ao CEP – isto para não mencionar as tropas que combateram durante a Grande Guerra em África. Onde combateriam 50 000 tropas portuguesas em nome apenas de Portugal? Tal ideia parece-nos, no mínimo, extravagante.

Intervenções militares portuguesas são feitas hoje em dia em cooperação com os nossos aliados na OTAN e talvez, um dia, venham a ser executadas com os nossos parceiros da União Europeia ou até, embora mais remotamente, da CPLP. E é para esta faceta multinacional que a nossa atenção se deve virar. Será que a nova relação entre cidadão e regime abrange a compreensão dos deveres impostos pela participação numa aliança militar como a OTAN? Por outras palavras, será que sentir-se cidadão português, com direitos e obrigações conhecidos e respeitados, implica uma vontade de apoiar uma acção militar de grande envergadura ao abrigo da Aliança Atlântica (tendo em conta especialmente o facto de nunca ter havido em Portugal um debate aberto sobre adesão ou não à OTAN)? Será que o sentir-se cidadão português, por fim eleitor de um parlamento - do qual sai um Governo - e de um presidente da República, será razão suficiente para aceitar de imediato a possibilidade de uma intervenção militar em África ao abrigo da CPLP? Que princípios universalmente conhecidos e aceites pelos Portugueses representa e defende esta organização? E, por fim, será que o novo estatuto de cidadão português, finalmente ouvido e respeitado pelos que governam, implica o sentir-se europeu ao ponto de apoiar uma hipotética intervenção militar vista como necessária pelo conjunto dos países que integram a União Europeia?

A lição essencial da Primeira Guerra Mundial é que o sentimento de identificação com um Estado é necessário para garantir um esforço militar prolongado. Onde esse sentimento existia – Grã-Bretanha (mas não a Irlanda, que se revoltou contra uma mobilização militar imposta por Londres), França e

Alemanha - o sacrifício foi suportado até ao fim; onde não existia - Rússia, Austro-Hungria, Itália, Portugal – os Governos intervencionistas encontraram sérias dificuldades. Os impérios russo e austro-húngaro caíram com a guerra; a Itália sobreviveu por pouco à derrota de Caporetto, o que criou um ódio entre intervencionistas e os seus opositores que conduziria – entre outros factores – à conquista fascista do Poder; em Portugal Sidónio Pais deitou por terra as aspirações democráticas e evolucionistas.

Se os interesses nacionais passam por alianças militares ou políticas, e por uma mais estreita associação aos países da União Europeia, então a razão de ser dessas alianças, e da própria União Europeia, e os valores que as sustentam, terão de ser interiorizados pela população. Os Portugueses terão de passar de cidadãos nacionais a cidadãos europeus, ocidentais e lusófonos, possivelmente ao mesmo tempo. Há muito que se fala na dificuldade sentida pela UE para divulgar a sua acção, para aproximar as instituições europeias, especialmente a Comissão, da população que representam. Se algum dia a UE se revestir de um papel militar, assegurando a defesa das suas fronteiras e intervindo fora delas para impor ou salvaguardar uma paz, então essa dificuldade terá de ser ultrapassada.

Talvez resida neste factor uma das dificuldades sentidas pela UE em erguer uma política internacional comum credível: para que tal política exista, e para que tenha a credibilidade garantida por uma sólida defesa militar comum, a União Europeia terá de substituir definitivamente a relação entre Estado e cidadão por novos laços entre si mesma e os Europeus, contribuindo decisivamente para o declínio da soberania nacional de cada Estado-membro da União. Este processo, necessariamente demorado, poderá criar um vácuo, durante o qual o maior dos cuidados será necessário para evitar uma crise de legitimidade semelhante à enfrentada por Portugal em 1917.